

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O mundo do trabalho adoece

Edvania Angêla de Sousa Lourenço¹

Resumo

Procura-se neste texto discutir as mudanças do mundo do trabalho e os possíveis reflexos para a saúde dos trabalhadores. Não se trata de um estudo epidemiológico e tampouco de análise estatística ou etimológica antes parte-se do campo das Ciências Sociais, mais especificamente do Serviço Social, tendo por base a experiência profissional no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST – regional, Franca/SP faz se a discussão de um caso de doença relacionada ao trabalho. Faz-se a contextualização histórica da atenção às agressões à saúde de quem trabalha, com destaque para a categoria trabalho e se discute as contingências de vida e trabalho a partir da história de uma trabalhadora em atendimento no CEREST- Franca/SP, a qual realiza a atividade de pesponto em calçados há 28 anos e desenvolveu Lesão Por Esforço Repetitivo (LER) e, atualmente, apresenta também quadro de depressão, mais diagnóstico e tratamento para fibromialgia. Tendo em vista a condição social e de saúde da entrevistada observa-se a historicidade das doenças e adoecimento (quando ainda não há uma doença instalada, apesar dos sintomas) inter-relacionadas ao processo de trabalho.

Palavras-Chave

Trabalho. Saúde. Precarização. Doenças e Adoecimentos.

Introdução

O título “O Mundo do Trabalho Adoece” é uma tentativa de sinalizar a complexidade dos fenômenos presentes no mundo do trabalho e os seus efeitos na vida dos trabalhadores, com destaque especial para a precarização do trabalho instaurada em fins do século passado, quando

¹ Assistente Social e doutoranda em serviço social na UNESP- Campus de Franca.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

as estratégias econômicas e políticas para salvar o desenvolvimento econômico se pautaram na anulação dos direitos sociais e trabalhistas, bem como em mudanças na organização científica do trabalho. Essas mudanças, nesse início de século, repercutem em novas expressões da questão social demarcadas pelas desigualdades relativas à participação, quase inexistente, nas riquezas socialmente produzidas (IAMAMOTO, 2005), comumente verificadas nas situações de desemprego e nas relações de trabalho precarizadas e também em novos modos de doenças e adoecimentos.

As novas formas de gestão do trabalho, alimentadas pelo “espírito” toyotista, implantam estratégias de racionalização, as quais têm implicado em redução da mão de obra trabalhadora e em maior envolvimento e exploração daqueles que permanecem empregados. Assim, os novos mecanismos de controle e coerção não se fazem sem atingir a saúde mental dos assalariados (SEILIGMANN-SILVA, 2005).

Os efeitos das mudanças afeitas ao mundo do trabalho não se restringem aos ambientes de trabalho, mas, como bem explica Alves (2007a), disseminam valores e utopias que envolvem a vida em sociedade nas demandas do capital. O autor desenvolve a tese que a organização capitalista no estágio atual implica na integração do ser social no sistema, não apenas nos contextos de trabalho, mas também nas demais dimensões da vida humana. Essa integração diz respeito à “captura da subjetividade”, a qual se faz por meio dos mecanismos midiáticos e ideológicos que desloca o discurso daqueles fatores ligados a produção (planos, metas, qualificação, empreendedorismo, competência etc.) para o cotidiano social e aqueles vinculados a este para o capital, por exemplo, (o slongan de uma grande loja) “vem ser feliz!”. Então, o terreno que se desenvolve a nova forma de gerir o trabalho não se restringe ao lócus empresarial/fábrica daí que implica na “captura” da subjetividade do ser social. Essa “captura” não se faz sem um tensionamento, pois há um descompasso entre o discurso manipulatório de envolvimento e participação e as respostas que homens e mulheres conseguem objetivar (teórico-prático) nesse processo, ou seja, não há uma homogeneidade desse envolvimento.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Na realidade, o discurso participacionista e de integração social no sistema se esbarra na quase anulação da liberdade humana, que no âmbito empresarial/produtivo pode ser representada pela redução do trabalho à vigilância do sistema de máquina, no empobrecimento do conteúdo das tarefas, nas novas exigências de produtividade, na subordinação aos processos pré-determinados tanto quanto a velocidade das máquinas quanto as metas de produtividade em grupos/células e vendas, enfim, não apenas o corpo tem se adaptar aos ambientes de trabalho, mas, sobretudo, a mente. Um exemplo, típico é a formatação da linguagem, por exemplo, na área de vendas pode ser verificada nos discursos prontos que os Operadores de Telemarketing têm que repetir consecutivamente, além é claro do envolvimento na missão/objetivos da empresa, na substituição da concepção de empregados para colaboradores, entre outros. Frisa-se que o que se verifica é que os trabalhadores estão submetidos às novas exigências de valorização do capital e que continuam sem o controle do processo de trabalho, e isso tem repercutido nos novos modos de doenças e adoecimentos. Alves (2007a) destaca que o toyotismo impõe novos fatores que agridem a saúde, representados especialmente no estresse.

Acredita-se que o aumento das doenças relacionadas ao trabalho pode representar a expressão dos efeitos psico-patológicos da nova organização e gestão do trabalho na vida das pessoas. Há um expressivo aumento das lesões por Esforços Repetitivos (LER) e das Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), acompanhadas também do avanço do sofrimento psíquico.

Verifica-se que o adoecer é uma agressão à saúde e se constitui mais pelos aspectos de ordem subjetiva sem exteriorizações físicas importantes, trata-se de um processo que evidencia que algo não vai bem, assim nem sempre é seguida de uma doença propriamente dita, apesar dos sintomas. Para Ribeiro; Ruiz e Pinto (2007, p. 7) o conceito adoecimento teria como principal diferencial em relação à doença em si a “[...] baixa gravidade, fugacidade, insignificante repercussão morfológica e distância da ameaça de morte”. Embora se diferenciem, podem também se aproximar em alguns aspectos, como o sofrimento. É certo, que apesar da imprecisão

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

técnica – científica para o seu reconhecimento não deixa de representar um desgaste humano e que longe de ser passageiro, tem se tornado apenas um estágio para maiores complicações da saúde levando inclusive a transformação do sofrimento às doenças (BRANT; MINAYO, 2004) com sérias repercussões de ordem social e emocional, o que não deixa de implicar em debilidades (físico-emocionais) temporárias ou permanentes.

Dessa forma, tenta-se ilustrar que o mundo do trabalho adocece ao transformar a categoria trabalho, a qual é ontológica e própria do mundo dos homens (LESSA, 2002), em sacrifício para quem o realiza a medida que o seu exercício é extenuante e marcado pela baixa remuneração, aumento da jornada de trabalho, cumprimento de metas, aumento da competitividade, envolvimento com a filosofia empresarial e perda de referência de classe e, ainda, pelo desmantelamento dos direitos trabalhistas.

Assim, o enunciado (O mundo do trabalho adocece) pode ser verificado nas contingências socioeconômicas vivenciadas pelos trabalhadores, expostas nos vários filmes discutidos durante o curso². De modo sucinto e parcial, as mensagens fílmicas apontaram para a proletarização dos trabalhadores,³ para o desemprego de longa duração e imposições postas para quem consegue emprego⁴, para as saídas individuais buscadas pelos sujeitos com vistas a vencer a exploração no trabalho, reforçadas pela ideologia do empreendedorismo, montam o seu próprio negócio e se tornam “patrões de si mesmos”⁵, pelas novas estratégias empresariais em abstrair a mais valia, especialmente por meio das novas técnicas de gestão e organização do trabalho⁶, pelo estranhamento social imposto pela moral capitalista da carreira e status profissional⁷ e por fim, a superficialidade que os trabalhadores passam a representar para o ponto de vista da acumulação

² “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”, que a partir da 4ª aula foi discutido alguns filmes como estratégia analítica do mundo do trabalho, metodologia desenvolvida por Giovanni Alves/Uneps-Marília/SP.

³ Filme: “Vinhas da Ira”, de John Ford (1940), Alves, 2007b.

⁴ Filme: “Ladrões de Bicicleta”, de Vittorio De Sica (1948), Alves, 2007c.

⁵ Filme: “A Terra Treme”, de Luchino Visconti (1947), Alves, 2007d.

⁶ Filme: “O Sucesso A Qualquer Preço”, de James Foley, (1990), Alves, 2007e.

⁷ filme “O Adversário”, de Nicole Garcia (2002), Alves, 2007f.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

do capital que em nome da racionalização da organização e gestão do trabalho promove o desemprego sem qualquer restrição⁸.

Esclarece-se que a alusão ao adoecimento do mundo do trabalho é na verdade dos trabalhadores, considerando que quem adoecem são os seres humanos, assim o que se busca é dar relevância às determinações postas pelo processo trabalho e que afetam a saúde de quem trabalha. Hoje, tanto as indústrias quanto os serviços utilizam um complexo aparato tecnológico que reduz em parte o uso da força física e intensifica o uso da energia mental dos trabalhadores, o que, via de regra, tem gerado o desgaste biopsíquico daqueles que trabalham. Há um discurso ideológico de redução de custos da produção e aumento da produtividade acompanhada dos incrementos modernizadores tanto no campo objetivo dos ambientes e organização do trabalho quanto no subjetivo dos denominados recursos humanos. Os incrementos variam entre as novas formas de controle/vigilância como o cumprimento de metas e pressão para produzir, quanto a ameaça declarada e real do desemprego.

Portanto, a ameaça do desemprego, a qual é real, acentua as relações de trabalho precarizadas e as novas exigências de produtividade sejam nos ambientes produtivos ou nos serviços, especialmente na área de vendas.

Então, o que se verifica é que diante de um quadro de desemprego, afastamento dos Sindicatos e do Estado ocorre, cada vez mais, esforços excessivos para maximizar o lucro expondo os trabalhadores a pressão no que tange ao cumprimento de metas, ritmos de produtividade, manutenção dos equipamentos, novas exigências de qualificação profissional e de produção e controle (por meio do uso de recursos eletrônicos e práticas administrativas) e, ainda, o uso do tempo livre, entre outros. Tudo isso, são fatores que coexistem nos ambientes e relações sociais de trabalho e vulnerabilizam a saúde dos trabalhadores.

A partir dessas notas introdutórias explana-se a relevância do trabalho para a vida humana e, no oposto, a sua transformação em condutor de desgaste da saúde/vida. Destaca-se

⁸ Filme: “O Corte”, de Costa-Gravas (2004), Alves, 2007g.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

uma história de vida e trabalho que se traduziu em agravos à saúde de uma trabalhadora em acompanhamento no CEREST, Franca /SP, a qual se prontificou a contribuir com esse estudo a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Trata-se de uma abordagem qualitativa, embasada no interesse de sublinhar como a modernização da organização e gestão do trabalho está refletindo na saúde de quem trabalha. A seleção da situação se deu devido a complexidade da historicidade do agravo intimamente relacionado à precarização do trabalho. Assim, a história profissional permite compreender por um lado, a trajetória do desenvolvimento da indústria calçadista, partindo do seu momento de auge na década de 1980 até os reflexos atuais da crise do sistema neste setor, que não se fez sem eliminar postos de trabalho, precarizar as relações de trabalho e adoecer os seus operários. Por outro lado, dá voz ao sofrimento dos trabalhadores que iludidos pelas possibilidades enganosas de melhorar a sua condição de vida constituíram as denominadas Bancas de Pespointos ou Corte em Calçados, expandidas, especialmente a partir da década de 1990, quando houve acentuado processo de transferência de parte da produção industrial para essas Bancas e para as atividades em domicílio, como já discutido por Navarro (2003, 2004, 2006) e Lara (2004).

Na área da saúde o que ainda se verifica é que muitos agravos à saúde relacionados ao trabalho são tratadas como se fossem problemas individuais e independentes da atividade profissional, estão na invisibilidade social. Dessa forma, ao discutir a historicidade de saúde/trabalho de uma usuária do CEREST-Franca/SP busca-se dar visibilidade a situação que longe de se tratar de um caso isolado, representa, na realidade, a dimensão da gravidade da problemática vivenciada (em silêncio) por muitos.

Preocupação com a saúde dos trabalhadores: antecedentes históricos

Mendes e Waissmann (2005) fazem referências aos estudos hipocráticos (460-375 a. C) que, na antigüidade, reconheciam os riscos de algumas ocupações “[...] Seus textos não se

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

voltavam ao trabalho, não o tratavam como uma especificação, mas não se furtavam de perceber a associação entre certos elementos naturais ou não relacionados às ocupações e à patologia humana” (p. 5). Os autores explanam acerca dos vários estudos que destacaram ao longo dos tempos a relação do trabalho com as doenças, mas por hora cita-se o estudo de Georgius Agricola (nome latino de Georg Bauer) e de Bernanrdino Ramazzini, o primeiro, enfatizou a relação da mortalidade de grupos de trabalhadores, observando que “[...] Trabalhadores de mineração subterrânea morrem mais (elevada mortalidade) e morrem antes (morte precoce)” (p. 7) que os demais, também relacionou as condições de trabalho com os sintomas e doenças dos mineiros como a chamada “asma dos mineiros”, que pela descrição, segundo Mendes e Waissmann (2005), tratava-se de silicose e explicam que Agrícola (1556) antes das descobertas científicas e dos esclarecimentos da ciência médica já fazia observações epidemiológicas.

O segundo, Beranardino Ramazzini, é biografado por Mendes e Waissmann (2005), considerado importante precursor da Medicina do Trabalho que longe da tecnologia médica, especialmente de exames laboratoriais e de imagem, realizou importante estudo e observação, inclusive no local de trabalho, bem como conversas com os trabalhadores (história ou *anamnese* ocupacional). Assim categorizou problemas de saúde conforme a ocupação transcendendo a abordagem individual para a coletiva ou epidemiológica e o seu estudo é uma referência obrigatória para a compreensão dos agravos à saúde dos trabalhadores.

No século XIX, Engels (1985) denunciou as repercussões da exploração do trabalho, na sociedade capitalista, para a saúde e vida dos trabalhadores. A chamada Revolução Industrial, assim denominada por ter revolucionado os modos de produção, introduziu uma nova relação de trabalho marcada pela divisão social do trabalho e de classe dividida por aqueles têm posse privada de bens e por aqueles que não têm. Assim, o assalariamento (compra e venda da força de trabalho), dentre outros, impactou as relações sociais e o modo de vida dos pequenos artesãos e agricultores que migraram para a cidade (muitos foram expulsos) em busca de trabalho

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

aglomerando-se em cortiços, tornando esses ambientes propícios para a propagação de doenças infecto-contagiosas e a conseqüente mortalidade.

Além das duras condições de vida que os trabalhadores estavam submetidos, Engels (1985) compara os efeitos das condições de trabalho, no período da Revolução industrial, a uma guerra. “Em Manchester, podem se ver, além de muitos aleijados, um grande número de mutilados; um perdeu todo o braço ou o antebraço, outro o pé, ainda outro a metade da perna, é como estar no meio de um exército que volta de uma batalha” (p 187).

Diante da possibilidade de supressão da mão de obra, Engels (1985) mostra que houve uma preocupação em manter a produção, não necessariamente com a vida dos trabalhadores, o que abre espaço para algumas medidas de proteção de quem trabalha, como os fiscais de fábrica.

Ao analisar os relatórios das fábricas, Engels (1985) descreveu o grande número de acidentes provocados por máquinas, o que causavam incapacidade total ou parcial para o trabalho, sem nenhuma lei que obrigasse o empregador a arcar com os custos do tratamento e sem nenhum sistema de cobertura social, a não ser a insuficiente Lei dos Pobres, submetia os trabalhadores a um processo de trabalho desumanizante, o qual descartava o trabalhador com mais facilidades, especialmente os inválidos, os quais eram jogados à própria sorte e as poucas ações de cunho caritativo e religioso.

É importante destacar que não apenas os acidentes chamam a atenção de Engels (1985), mas também as doenças. “Há alguns ramos do trabalho industrial cujos efeitos são particularmente nocivos. Em numerosas oficinas de fiação de algodão e linho flutua poeiras de fibras suspensa no ar que provocam afecções pulmonares principalmente nas oficinas de cardar e pentear” (p. 185).

Assim, o trabalho ceifou vidas como algo natural. A expectativa de vida não passava dos 50 anos. Contudo, como demonstra o autor, o operário não tinha escolha, aceitar qualquer trabalho era uma questão de sobrevivência.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Os documentos de inspeção das fábricas e pareceres médicos, segundo Engels (1985), apontam para a crueldade do sistema em se apropriar das forças subalternas, e essa crueldade se torna mais intensa no caso do uso do trabalho infantil. Sendo essa mão de obra extremamente rentável para quem contrata e, especialmente, danoso, corporalmente e mentalmente, para as crianças. Sublinha que o excesso de peso, o uso da força física, a má postura, a insuficiente alimentação e além das doenças que essas adquiriam, deformavam seus corpos, assim quando não morriam de cansaço morriam socialmente. O autor diz que esses pequenos estavam “[...] tão embrutecidos, tão estúpidos que afirmavam freqüentemente que eram bem tratados e viviam bem, quando trabalhavam catorze horas por dia, andavam andrajosos, não comiam o suficiente e batiam-lhes tanto que alguns dias depois ainda ressentiam” (p. 229).

A crueldade estava também em naturalizar o trabalho infantil como “ajuda” na renda familiar, que diante das péssimas condições de vida acabava sendo uma alternativa valiosa de sobrevivência para os pais ou responsáveis, assim chegava-se ao cúmulo de a Igreja alugar essa mão de obra para o sistema capitalista, o qual iniciava o controle do metabolismo social. É o uso do trabalho infantil no processo de extração da mais valia que sustentou a cultura de o trabalho infantil ter um caráter pedagógico, claro que apenas quando se trata dos mais pobres. A sua marca é a exploração que, reforçada pela desigualdade social, adquire um caráter de algo “natural”, como se pode verificar no filme “Ladrões de Bicicleta” de Vittorio De Sica (1948)⁹. Nesse filme o trabalho infantil aparece como algo natural, a criança Bruno, se veste e comporta como um adulto em miniatura, sem tempo para a escola, lazer e brincadeiras, atividades tão importantes para a infância. Nesse sentido, lembra a assertiva de Marx (2004, p.33), quando diz que o trabalho que deveria ser a objetivação do gênero humano adquire no sistema capitalista um caráter “corporalmente arruinante e moral e espiritualmente atrofiante”.

⁹ Ver importante análise feita por Alves (2007c).

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Há de se fazer um destaque para a questão do trabalho infantil nos dias atuais. No Brasil, importante legislação construída na década de 1980 e homologada na Carta Cidadã¹⁰ representou um marco na proteção integral do ser em desenvolvimento, que em 1990, foi contemplada no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), então o trabalho infantil é proibido, e como tal o seu uso se torna um crime. Mas antes mesmo que esse novo paradigma “proteção integral” fosse colocado em prática, efetivamente, a competitividade capitalista global impôs o que vem sendo chamado de reestruturação produtiva que aliada, imbricada e extremamente atrelada à política de governo neoliberal provocou uma retração no desenvolvimento das políticas públicas, consideradas como as responsáveis pela dívida pública e atraso no desenvolvimento econômico. O caso do trabalho infantil é emblemático, uma vez que houve o seu controle no universo fabril e empresarial, contudo diante da flexibilização e terceirização da produção, o seu uso é utilizado, especialmente nas situações de transferência da produção fabril para as residências, que pode ser exemplificado com as Bancas em Franca. Outras formas, comumente, verificadas e sem maiores estranhamentos sociais é o trabalho de crianças como vendedor ambulantes, inclusive em lugares públicos e em horários noturno, como já evidenciado em trabalho anterior (LOURENÇO; BERTANI, 2007).

Retornando a análise de Engels (1985), o descaso com as condições de vida e trabalho dos assalariados é exacerbado diante da possibilidade de fazer uso do exército industrial de reserva, conceito utilizado por Engels (1985, p. 103) para se referir a multidão de pessoas, considerada como a população excedente do mercado de trabalho. Assim, o grande número de pessoas desempregadas eleva o quadro de miserabilidade e vulnerabilidade social, dificultando as discussões qualitativas do trabalho, pois diante das contingências socioeconômicas “os seres humanos se apressam em maior número disputando o direito de sofrer” (MARX, 2004, p. 35).

Entretanto, os trabalhadores se organizam enquanto classe e passam a reivindicar os direitos trabalhistas. Desse modo, a luta pela redução da jornada de trabalho foi a pauta de

¹⁰ Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

reivindicação dos primeiros movimentos organizados dos trabalhadores. Foi o direito ao tempo livre que mobilizou o desenvolvimento da consciência de classe para o enfrentamento da exploração do trabalho.

Observa-se que os empresários e industriários também se organizaram e aliados ao poder político estatal estabeleceram (no sentido de conceder) medidas de proteção social com vistas a “controlar” as insatisfações da força de trabalho. Para o controle da força de trabalho no universo fabril iniciou-se o a Medicina do Trabalho (MENDES; WAISSMANN, 2005).

A partir do século XX a relação da saúde e trabalho torna-se mais constante e sistemática uma vez que, os trabalhadores conseguem significativos avanços quanto a sua organização coletiva e ao conquistarem direitos sociais tanto de seguridade social quanto de regulação dos contratos de trabalho, salários e carga horária obtiveram conquistas também no campo da saúde, Mendes e Waissmann (2005).

Ribeiro (1999) elucida os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho aliadas à intensificação da industrialização, mostra que a partir da 1ª Guerra Mundial¹¹ as doenças infecto-contagiosas e parasitárias começam a se declinarem. Isto em decorrência da organização de serviços públicos de saúde, de saneamento, de vacinação e de melhoria das cidades e portos. Na trajetória histórica do estabelecimento das ações públicas, especialmente no Brasil, se deu o enfrentamento de algumas doenças de rápido contágio como tuberculoses, febre amarela, entre outras, que apesar de terem dizimado grande número de trabalhadores não foram concebidas como doenças do trabalho, Ribeiro (1999).

É, pois, a partir do século XX, que os trabalhadores organizados coletivamente conquistaram os direitos sociais e evidenciaram a relação da saúde com o trabalho. Durante o período da 2ª Guerra Mundial (2ª G.M.) foi reforçada a intervenção americana, intensificada pelo medo da propagação do comunismo. Em alguns países, cuja industrialização estava num estágio

¹¹ Não deve esquecer-se da pressão social exercida pela Revolução Russa (1917), inclusive influenciando a formação dos sindicatos socialistas e anárquicos.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

mais avançado, implantou-se o Estado de Bem Estar Social, o que não se fez sem influências nos países menos desenvolvidos, os quais foram pressionados a implantar medidas de proteção social. No Brasil, essas medidas foram atreladas ao sistema de Previdência Social, abarcando apenas os incluídos formalmente no mercado de trabalho, deixando de fora até meados da década de 1970, os trabalhadores rurais, os autônomos, as empregadas domésticas, enfim tratou-se da “cidadania regulada” (SANTOS, 1987).

No âmbito dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, no pós-guerra consolidou-se a abordagem que privilegia os ambientes de trabalho qual seja a Saúde Ocupacional, a qual agrega conhecimentos da Higiene Industrial e Ergonomia e norteia algumas medidas que visavam a adaptação do trabalhador ao ambiente, (LACAZ, 1996). Significativa mudança se desenvolveu a partir da década de 1970. Por um lado, o coletivo de trabalhadores questiona o sentido do trabalho no que tange a relação com a saúde e busca consolidar estratégias que viabilizasse o trabalho como vida e não como morte –“não queremos perder a nossa vida para ganhá-la” (lema do Movimento de maio de 68) (LINHART, 2007, p. 33).

Daí a reflexão crítica acerca dos paradigmas de atenção à saúde dos trabalhadores feita especialmente pelos autores da Medicina Social Latinoamericana que remeteu à imprecisão e insuficiência dos modelos Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional, tanto para compreensão quanto para o enfrentamento dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho derivados do processo de trabalho (LACAZ, 1996). No Brasil, essa crítica e o envolvimento sindical construíram um novo modelo de atenção aos agravos à saúde, que se trata do campo saúde do trabalhador. Importa frisar que nesse não é conhecimento do engenheiro ou do médico do trabalho que são determinantes e sim o do próprio trabalhador. Nessa perspectiva, se construiu a política de saúde do trabalhador implantada a partir da década de 1980 e efetivada como política pública na Constituição de 1988, (LACAZ, 1996, MAENO e CARMO, 2005).

As mudanças na economia têm influenciado os modos de adoecer e os modos de atendimento público dessa problemática. Por um lado existem avanços legais que garantem a

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

inferência pública no processo de garantia da saúde no e pelo trabalho, por exemplo, a constituição dos CEREST e a inclusão das ações de vigilância em saúde do trabalhador no SUS, mas por outro lado, há a redução do quadro de servidores públicos que se faz sentir na prática desses serviços, uma vez que há restrição das ações e sobrecarga de trabalho dos funcionários públicos.

Então, é no contexto de crise econômica e de afastamento do Estado e dos Sindicatos que novos problemas se põem ao cotidiano da saúde pública, por exemplo, o aumento das Lesões por Esforços Repetitivos (LER)/Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) e aquelas pertinentes a saúde mental.

O Trabalho as Mudanças do Mundo do Trabalho

O que se observa é que o trabalho, enquanto categoria ontológica da existência humana sofre profunda modificação no decorrer da história da efetivação do sistema capitalista. Afeta não apenas a forma e o produto, mas, sobretudo, o produtor (trabalhador).

Ora discutir as doenças e adoecimentos no trabalho é discutir também o mundo do trabalho, o que implica não em uma abordagem restrita a esfera biológica, mas antes de tudo social (LAURELL; NORIEGA, 1989). Nesse sentido, salienta-se que o trabalho é o intercâmbio orgânico do homem com a natureza é ontológico (MARX, 2006), faz parte da vida humana e é nessa dialética que o homem se desenvolve enquanto ser humano genérico, ele tanto acumula conhecimentos e experiências quanto transmite a outros. É pelo trabalho que o homem tem uma relação teleológica com a natureza o que remete às condições objetivas e subjetivas do trabalho (LUKÁCS, 1979).

Entretanto, o trabalho assalariado na sociedade capitalista, num processo crescente de racionalização da produção e das relações sociais de trabalho tende a desvincular o ser humano enquanto ser criativo e criador do processo de trabalho.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Nesse sentido, resgata-se a importante contribuição de Alves (2007h)¹² ao delinear as principais características do sistema capitalista estabelecendo a divisão cronológica em 1ª, 2ª e 3ª modernidade. Destaca que a 1ª modernidade compreende o período do capitalismo comercial e manufatureiro presente no século XVI até fins do século XVIII, quando o trabalho apesar de ocorrer nas dimensões capitalistas incipientes (cooperação simples, divisão manufatureira do trabalho) ainda agregava ao sistema produtivo a inteligibilidade do trabalhador. Ou seja, o processo de trabalho implantava, simultaneamente, um processo técnico, no qual o trabalhador estava subordinado ao capital por meio da venda da sua força de trabalho (salário), mas ainda se mantia como “termo ativo” da produção, Alves (2007a, h). Estabeleceu-se assim a subsunção¹³ formal do trabalho ao capital “[...] onde o trabalhador assalariado só formalmente pertence ao capital, pois ainda tem algum controle material sobre os meios de produção, no sentido de habilidades técnicas e profissionais...” (ALVES, 2007h, p. 10).

Ocorre que no sistema capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas voltado, especialmente, para a acumulação tende a negar o sujeito produtivo. Então a 2ª modernidade tem início com a 1ª Revolução Industrial a partir do século XIX e prosseguiu até a última metade do século XX, com forte tendência a eliminação do sujeito do processo produtivo.

É, pois, com a instauração do sistema de máquina, que “[...] O trabalho do produtor se inverte em valorização do capital, e a força do homem torna-se a força da coisa” (ALVES, 2007h, p. 14). Trata-se de um processo que altera a relação do homem com a natureza e o próprio sentido do trabalho.

O trabalho é objetivação humana, porém a partir da maquinaria (2ª modernidade) ocorre a transferência de papel ativo do trabalho vivo para o trabalho morto, assim o trabalhador

¹² O autor retoma a discussão realizada em “Reestruturação Produtiva: ensaios da sociologia do trabalho” (ALVES, 2007a), feita, especialmente no primeiro e segundo capítulos, quando explana a respeito das determinações do processo de acumulação para o trabalho, expondo a divisão cronológica das condições históricas da instauração do capital.

¹³ “A assimilação do trabalho ao capital ao capital é precisamente subsunção e não apenas subordinação, tendo em vista que subsunção traduz, de certo modo, a idéia de subordinação in-corporada, isto é, assimilada, ao próprio corpo da “coisa” ou modo de existência do capital” (ALVES, 2007h, p.12).

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

se torna um elemento passivo no processo de produção (ALVES, 2007a, p.34). Trata-se de um sistema de organização e gestão do trabalho, no qual o trabalhador não tem o controle do produto e tampouco do processo produtivo. A falta de controle sobre o ritmo de trabalho contribui, sobremaneira, para o desenvolvimento das doenças relacionadas ao trabalho, como se verá adiante na história de vida e trabalho.

A partir da segunda modernidade a exteriorização do trabalho, ou seja, o produto da atividade humana aparece como uma produção independente do seu criador, portanto pertence a outro. Essa existência externa constitui a perda do objeto de trabalho e o estranhamento do trabalhador. O produto do trabalho “[...] torna-se uma potência autônoma diante dele [trabalhador] a vida que ele concebeu ao objeto se torna hostil e estranha a ele” (MARX, 2004, p. 81). Entre as múltiplas determinações do trabalho estranhado (subalternidade, ausência de controle da produção e seu destino final, e precariedade salarial) destaca-se o fato do trabalho ser, muitas vezes, penoso, desgastante e, por vezes, um sacrifício para quem o desenvolve.

Nesta relação contraditória o trabalhador é despojado não apenas dos meios de produção, mas também de vida. Então o trabalho assalariado é a condição para que o sujeito possa existir, inclusive enquanto trabalhador, daí que o trabalho aparece como estranhamento (do trabalhador com o seu produto e das relações de trabalho). Ou seja, o trabalho aparece resumido na satisfação de uma carência material e como a sua realização, no sistema de máquinas, tende a eliminar a ação consciente/cognitiva do trabalhador acaba, por vezes, resumindo também a generacidade humana à realização de determinada atividade (MARX, 2004).

Esses distintos momentos constituíram a busca de maior produtividade e maior acumulação e, portanto maior valorização do trabalho, que por sua vez foram acompanhados de profundas alterações tecno-científicas do trabalho. Entre as inúmeras alterações, destaca-se a racionalização e organização científica do trabalho que criou várias estratégias como a introdução do sistema de vigilância na perspectiva do tempo (social, intergeracional e individual) e na disciplina da produção, conjugando em rigidez da divisão do trabalho (fracionamento das

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

funções) com o cronômetro e supervisão (vigilância) e separou-se a concepção da execução (LACAZ; PIRES, 2007).

Neste sentido, destaca-se o sistema taylorista-fordista que comparando o trabalhador a um animal promoveu o assujeitamento do homem à máquina e aos ritmos de trabalho, já que a participação do trabalhador na produção foi reduzida a exercícios mecânicos, visando “[...] romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado...” assim a exigência cognitiva foi reduzida “ao aspecto físico maquinal”. (GRAMSCI, 1978, p. 397).

As transformações do processo de trabalho ganha nova materialidade objetiva e subjetiva com a 3ª modernidade, a qual segundo Alves (2007a) se desenvolve no interior da 2ª, especificamente a partir da crise estrutural do sistema capitalista, vivenciada a partir da década de 1970.

Na raiz da crise do sistema capitalista entre as várias alternativas encontradas para contornar a situação, destaca-se a precarização das relações de trabalho, a qual está intimamente relacionada à perda dos direitos trabalhistas e a flexibilização da produção e dos contratos de trabalho, esses últimos passam a assumir um caráter temporário e restritivo aos benefícios construídos pela classe trabalhadora ao longo do século XX. Essas alternativas não foram implantadas sem o aval do Estado, ou melhor, só foi possível porque houve uma associação entre capitalistas e governos, instaurando assim os princípios neoliberais, os quais têm provocado o desmonte daqueles direitos conquistados a duras penas dos trabalhadores, mas que na atualidade são vistos como entraves ao desenvolvimento econômico, como destaca Alves (2007a, p. 151), há uma inversão nos princípios, o Estado neoliberal fica “[...] sob a regulação do mercado, ao invés do mercado sob a regulação estatal, concebendo o mercado não como um ente abstrato, mas sim, como espaço de interesses organizados dos grandes oligopólios financeiros”

Portanto o cenário social em que o trabalho se desenvolve nos dias atuais é um tanto mais complexo, pois as mudanças do mundo do trabalho se fazem a partir da precarização e, concomitante, afastamento dos sindicatos e do Estado no que tange a proteção social e, ainda,

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

pelo novo paradigma do processo de produção desencadeado a partir da experiência japonesa (toyotismo), o que, entre outras questões, destaca-se o desemprego.

Se na 2ª modernidade é sublinhado a sujeição do ser humano ao processo produtivo caracterizado mais pelo desempenho físico que mental, na 3ª modernidade as imposições de ritmos e intensidades do trabalho não se concretiza sem a devida ideologia de participação e envolvimento (corpo-mente) daqueles que se mantiveram no processo produtivo.

Desse modo, frisa-se que as inovações tecnológicas, aparentemente, poderiam reduzir a carga física dependida pelos trabalhadores durante o processo de trabalho e, portanto, eliminar aquelas situações geradoras de desgaste físico dos sujeitos. Contudo, o modo como o trabalho é realizado acaba por colocar a tecnologia em oposição aos trabalhadores.

Portanto, as mudanças no mundo do trabalho, implicam em mudanças no cotidiano dos trabalhadores, no modo de exercer as suas atividades, de se expor as novas tecnologias e engenharias produtivas, que há tempos extrapolou a ciência mecânica. A vida em sociedade mercadorizou-se (ALVES, 2007e). As empresas estão se consolidando em rede, novas ocupações vão sendo sedimentadas, são múltiplas formas de assalariamento, novas ocupações são constituídas, como por exemplo, os Operadores de Telemarketing, há uma mescla de serviços e indústrias, por isso não se pode falar na setorização: agrícola, indústria e serviços há uma impetração (Antunes, 2007). Ou seja, o capital investido no sistema produtivo não escapa a característica geral do capitalismo na era da sua mundialização financeira.

Chesnais (1997) aponta que na década de 1980 as transações financeiras empresariais foram impulsionadas pela aquisição e fusão de empresas existentes na contra mão da criação de novos meios de produção fortalecendo a assertiva da acumulação capitalista se restringir a poucos, mas isso antes de se tratar de uma novidade nada mais é que a reprodução do sistema. A novidade é que as indústrias e empresas em geral vêm se tornando grupos financeiros. “Hoje o

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

grande grupo é, quase sem exceção, uma sociedade *holding*”¹⁴ (idem, p. 28), são grupos financeirizados e oligopolizados com amplo alcance de apropriação da mais valia criada por uma rede de empresas trabalhando em conjunto, que apesar de manter a atividade industrial têm também uma diversidade dos serviços financeiros com acentuada atuação nos mercados de câmbio.

A busca pela lucratividade tem aumentado a concentração de capital, ocorre com maior frequência a fusão entre as empresas, assim o que Marx (2004) já havia apontado quanto a concentração de capitais reduzir o número de capitalistas e aumentar o número de trabalhadores parece adquirir novo teor de verdade. Deriva daí que o aumento da classe trabalhadora em números estatísticos eleva a concorrência entre os trabalhadores e diminui o seu valor. A redução dos trabalhadores à força de trabalho abstrata atinge dimensões negativas, uma vez que estão subordinados ao emprego do capital e as flutuações do mercado. Como diria Marx (2004) se a mercadoria é muito procurada o seu valor sobe tendencialmente, mas se é pouco requisitada o seu valor tende a cair.

Verifica-se que os incrementos tecnológicos baseados na automação e informatização dos processos de trabalho que a princípio poderiam melhorar as condições de trabalho, estranhamente, têm significado em novos problemas. Ribeiro (1999) alerta que o problema não é a tecnologia, mas o seu uso. A busca acelerada de valorização do capital expõe os trabalhadores a ritmos acelerados, jornadas estafantes e salários insuficientes, execução de atividades marcadas pela monotonia, concentração, repetitividade e acúmulo de tarefas. Além disso, deve ser considerado o fenômeno participacionista do trabalhador no processo produtivo, seja por meio das chamadas “equipes”, ou seja, pelo seu envolvimento “vestir a camisa” com a “missão” e “objetivos” da empresa (ALVES, 2007a). O processo participativo foi acompanhado da política de individuação dos assalariados como uma forma de controlar e, por outro lado, de criar

¹⁴ “Uma *holding* é uma figura que possui e gerencia uma carteira de participações no capital de empresas por ela contratados” (CHESNAIS, 1997, p. 33).

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

vínculos do trabalhador com o trabalho/empresa. Desse processo, ressalta-se a pressão da chefia, as cobranças e a falta de reconhecimento profissional. São questões que não são mensuráveis e de difícil interpretação e que podem coexistir nos contextos de LER/DORT e sofrimento psíquico.

Compreende-se que a questão das LER é um problema do mundo moderno, apesar de Ramazzini (1700) já ter estudado e caracterizado que algumas funções, como por exemplo, os escribas não se caracterizarem pelo excesso de uso da força física, porém os movimentos leves, repetitivos e de concentração desgastavam os membros superiores. Mas é no século XX que as exigências de aumento da produtividade levam a “epidemia” de LER.

Frisa-se que no Brasil, apenas na década de 1980 que o envolvimento sindical com a questão da saúde determinou o reconhecimento das LER como um problema de saúde de determinadas categorias profissionais. Esse reconhecimento teve um caráter político, uma vez que esteve relacionado à capacidade de organização coletiva dos trabalhadores como os bancários (RIBEIRO 1999) e os trabalhadores de processamento de dados (ROCHA; ASSUNÇÃO, 1993).

Mas o que se verifica nos dias atuais é que apesar de algum avanço quanto ao diagnóstico, tratamento e prevenção das doenças músculo-esqueléticas, ainda persistem as dificuldades de se reconhecer a sua relação com o trabalho. Dessa sorte, as LER/DORT apesar de já reconhecidas como originárias do trabalho pelo sistema de Previdência Social desde meados da década de 1980 acabam sendo, na maioria das vezes, tratadas como um problema individual.

Quanto ao sofrimento psíquico este ganhou relevo, especialmente a partir da década de 1950 com os estudos da psicopatologia do trabalho e aqueles relacionados ao estresse laboral. Seligmann-Silva (2005) destaca que o sofrimento psíquico pode se manifestar devido a organização do trabalho (divisão das tarefas e hierárquica, perda de controle autonomia sobre as atividades exercidas) e a realização de atividades em ambientes ruidosos ou com a presença de produtos químicos, sobre esse aspecto destaca que a intoxicação com produtos químicos pode trazer problemas neuropsíquicos, alguns irreversíveis, mas, muitas vezes, são tratados como doenças psiquiátricas sem o nexo com o trabalho com os produtos tóxicos. A autora destaca

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

também que os problemas mentais decorrentes de uma limitação adquirida no trabalho são sublinhados com mais frequência, por exemplo, as LER/DORT impõem a convivência constante com a dor, limitação de movimentos, dificuldade de comprovar uma doença que nem sempre é perceptível, entre outros, podem desenvolver quadros depressivos, ou não. Nesses casos o reconhecimento do agravo à saúde mental é reconhecido com mais facilidades.

A notificação dos agravos à saúde mental relacionados ao trabalho é mais difícil de ser feita. Um dos problemas que se põe é a cultura de investigação que perpassa os serviços de saúde (públicos e privados) centrada nos sintomas e nas mudanças de comportamento, nem sempre considerando a organização e processo de trabalho, Seligmann-Silva (2005).

A falta de definição da inter-relação do trabalho-saúde mental corrobora para os atendimentos centrados nos sintomas deixando para um plano posterior, distante do controle e vigilância nos contextos de trabalho, assim, longe da socialização da sociedade e dos coletivos de trabalhadores os agravos à saúde mental têm repercutido drasticamente na vida das pessoas. Entretanto, mesmo com todas as dificuldades relativas à notificação, em 2004, a Previdência Social registrou 100 mil afastamentos de problemas de saúde mental relacionados ao trabalho, (FOLHA, 2007). Lembra-se que o afastamento, geralmente se efetiva, quando trabalhar já está impossível.

A perda do vínculo empregatício também pode representar sérias repercussões para a saúde dos trabalhadores, “o espectro do desemprego aberto e do precário mundo do trabalho é um poderoso “agente estressor”...” (ALVES, 2007^a, p. 237). O autor está discutindo o aumento do estresse nos dias atuais, alerta que os agentes estressores referem-se às ameaças reais e imaginárias, que no caso do desemprego acaba exercendo um medo (ameaça imaginária) sobre aqueles que estão empregados “[...] é o chamado estresse psicológico provocado por antecipação” (idem, p. 236) já que pode gerar frustrações e sentimentos de impotência, além, é claro, das questões objetivas relativas à manutenção da vida. Assim, a vida tem uma estreita relação com o trabalho, o qual é a garantia de sobrevivência na sociedade do salário, por isso, estabelece-se o

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

medo de perder o emprego. Ou seja, o aumento do desemprego (real) atinge a todos, uma vez que impõe aos assalariados a convivência constante com a insegurança, o que acaba por promover a aceitação daqueles contextos de trabalho que agridem à saúde.

Todas essas mudanças tiveram um forte reflexo na economia francesa, a qual é fortemente marcada pela produção de calçados masculinos.

Buscando ultrapassar os efeitos da crise econômica mundial, que no setor calçadista em França apresentou-se na baixa capacidade de concorrência inter-capitalista e no alto valor do custo dos produtos, as fábricas investiram na reestruturação produtiva.

Nesse sentido, destacam-se importantes contribuições (NAVARRO, 2003, 2004, 2006; LARA, 2004) que apontam que as estratégias encontradas pelo *cluster* calçadista para a competição e manutenção no mercado, se basearam na reestruturação do setor que objetivando uma produção enxuta, poupadora de mão de obra investiu nem tanto na modernização da tecnologia empregada no sistema produtivo, mas, sobretudo, numa complexa rede que disseminou, a partir da década de 1990, parte do que era produzido no âmbito industrial para as casas dos trabalhadores. Navarro (2003) mostra que os bairros periféricos do município se tornaram industriais, porém sem indústrias, ou seja, a saída para vencer a crise econômica vivenciada pelo setor calçadista¹⁵ foi a terceirização de parte da produção, especialmente aqueles processos que demandam o desempenho artesanal, manual. Desse modo, foi estabelecido um consenso social quanto a formação das Bancas que mesmo diante do desemprego, os trabalhadores não tiveram outra alternativa a não ser se empregarem (precariamente) nas novas instâncias produtivas, com destaque para as Bancas e também os intermediários, esses últimos são aqueles que distribuem sapatos nos domicílios para serem costurados.

¹⁵ “Na década compreendida entre os anos de 1986 e 1996 foram extintos 16 mil postos de trabalho no ramo industrial” (NAVARRO, 2003).

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

De modo sucinto, cabe destacar que a formação das Bancas, conforme entrevistas e visitas realizadas¹⁶, em muitos casos, contou com estímulo e apoio de proprietários de indústrias do setor que ofereceu condições para alguns trabalhadores montarem o seu próprio negócio. Assim, a princípio, muitas fábricas disponibilizaram as máquinas de pesponto para que o trabalhador pudesse operar em casa, oferecia ainda materiais utilizados como a cola, a linha, o solvente de modo, que a formação da Banca se tornou uma atraente proposta para o trabalhador. Isso levou a explosão desse negócio, que como demonstra Navarro (2003) citando dados da FIESP/CIESP (2002) teriam 2 mil prestadores (banqueiros) deste setor. Porém, com o passar dos anos passou-se a cobrar aluguel das máquinas e a não fornecer os materiais (cola, linha etc.).

As dificuldades desse quadro refletem especialmente nas condições de vida e trabalho dos sujeitos envolvidos nesse processo. Ou autores (NAVARRO; LARA) destacam o aumento da informalidade, pois o trabalho nas Bancas e também das costuradoras de sapatos em domicílio se faz de modo desregulamentado, ou seja, sem Carteira de Trabalho assinada, como se verá no depoimento adiante. Apesar da singularidade do caso de Franca, isso nada mais é que uma repercussão das mudanças na estrutura econômica e de trabalho de âmbito global, haja vista o desemprego e o desmantelamento dos direitos sociais (previdência e trabalho) de modo geral.

Atualmente a flexibilização da produção tem se dado também com a formação de pequenas fábricas nos municípios da região, onde não tem atuação do Sindicato. Além disso, há a formação de unidades produtivas em outros Estados, bem como o fechamento da seção de produção de fábricas tradicionais¹⁷, as quais passam a se dedicarem ao comércio e *marketing* da empresa. A produção fica a cargo de outras empresas, geralmente menores e pouco conhecidas.

¹⁶ Conforme tem se constatado a partir de uma pesquisa realizada em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores (sapateiros) em dois bairros, Tropical e Aeroporto II, onde há maior predominância das Bancas.

¹⁷ Em fevereiro de 2008, a Fábrica AGBE, tradicional em Franca, fechou a sua unidade de produção demitindo mais de 400 trabalhadores.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

As Bancas caracterizam a prestação de serviços tão badalada nas mudanças atuais. Então, ao se terceirizar parte da produção as fábricas estão contratando prestadores, o que torna a sua produção mais barata. Pois, a responsabilidade com os encargos trabalhistas e sociais são transferidos da esfera fabril para o indivíduo (pessoa física), que devido a condição do processo de mutação de trabalhador em empregador acaba não tendo condições para a garantia dos direitos mínimos daqueles que trabalham com ele. Ademais trata-se de uma pessoa, geralmente conhecida no bairro, uma vez que a Banca, na maioria das vezes, é montada na própria residência do trabalhador, onde os vínculos empregatícios se fazem por meio de relações pessoais e, por vezes, até familiares o que, via de regra, causa uma fratura no confronto entre capital e trabalho, dificultando qualquer mudança qualitativa nesse quadro.

A situação escolhida para essa discussão revela um pouco do drama do trabalho em Banca de Pespointo e da precarização do trabalho nas Fábricas de calçados em Franca. Chama-se a atenção para os fatores que vulnerabilizam a qualidade de vida e saúde nas condições de trabalho nas Bancas. Reforça as discussões feitas por Navarro e Lara quanto as inferências da produção no ambiente familiar, marcada pela convivência com os fatores que agridem a saúde como os ruídos mecânicos, o contato com produtos químicos que associados a precariedade salarial e condições de trabalho afetam a saúde. Trata-se de sublinhar que nas Bancas, diferentemente, do ambiente fabril, mudanças qualitativas são mais difíceis, uma vez que elas estão espalhadas, em muitos casos, nas residências, onde perpassam as relações de amizade e sócio-afetivas, distanciando qualquer postura de denuncia e, portanto de fiscalização.

Frente às mudanças postas neste século novas questões têm se colocado no cotidiano dos serviços de saúde no que tange à assistência, recuperação, intervenção e prevenção dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho, sendo as LER e os quadros depressivos a sua expressão. Por isso, talvez não seja possível falar apenas em acidentes e doenças do trabalho, uma vez que os agravos não se restringem às situações clássicas que durante séculos causou, silenciosamente, enfermidades e mortes no trabalho, hoje, observa-se um sofrimento fluido marcado pelas relações

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

de trabalho. São novos modos de adoecer nem sempre diagnosticados como inter-relacionado ao trabalho.

Doenças relacionadas ao trabalho? Historicidade de trabalho/doença

Apresentação do caso

Dona Veridiana tem 56 anos e há 28 anos trabalha com pesponto em calçados na cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo. A família compõe-se da trabalhadora, esposo e uma neta de 16 anos, a qual mora com o casal desde que nasceu. Residem em um apartamento de cinco cômodos (2 quartos, sala, cozinha e banheiro), financiado pela PROAB.

Trata-se de uma situação de saúde complexa, marcada pelo desenvolvimento LER, inclusive com devida abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), atualmente, trata também para fibromialgia, além de quadro depressivo.

A trabalhadora foi afastada pelo INSS durante 0,6 meses, porém na última perícia (março de 2008) não conseguiu comprovar o seu estado de doente, passando a viver uma situação de insegurança, pois, também não foi aceita pela firma para retornar ao trabalho, devido a LER, o que a impede de fazer movimento repetitivo e na fábrica, segundo as informações da chefia, não há atividade para a mesma desenvolver que não exija esforço repetitivo. Desse modo, a mesma está em casa, sem receber, o que gera incertezas e reflete no seu estado de saúde, sendo que as prestações do imóvel estão em atraso.

A entrevista foi realizada na residência da trabalhadora e somam-se a essa as informações registradas no prontuário da mesma no CEREST-Franca/SP.

História de vida e trabalho

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

“Sempre trabalhei como pespontadeira. Eu tive três filhos, assim que eles cresceram um pouco eu entrei para a Fábrica [de calçados], eu tinha 28 anos. Na época fiz o curso do SENAI que ensinava a pespontar aí 6 pessoas que fizeram o curso foram fazer um teste na empresa X e apenas 2 foram contratadas e eu fui uma delas. Lá eu fiquei 1 ano e um pouco, mas os horários não ajudavam, pois a Fábrica funcionava dia e noite e a gente revezava os horários, então eu arrumei serviço em outra fábrica. Foi quando entrei para a firma Z, lá eu também pespontava, eu sempre pespontei. Após 1 ano e uns meses fui transferida para outra firma que era deles também e que estava precisando mais, então eu fiquei uns 3 anos, depois eu saí de lá e fui para Fábrica V, onde eu fiquei 1 ano e me chamaram de volta para a Fábrica X. O horário lá, como eu disse, não era bom, mas o salário era um pouco melhor, então, resolvi voltar e trabalhava das 18 as 4 hs, fiquei uns 2 anos, mas aí estava muito difícil, vai indo você não agüenta [referência ao trabalho noturno]. Na época, muita gente começou a formar Banca [de Pesponto], ganhava melhor e trabalhava em casa, então eu resolvi tentar e montei uma Banca, logo arranjei umas Fábricas que me passavam serviço. Eu montei a Banca em casa, primeiro foi no Horto e por último aqui no Leporace [refere-se aos bairros Horto e Leporace, neste último a Banca era em um apartamento!]. Eu comecei com pouco, mas cheguei a ter 15 funcionários. Tinha época que a gente tinha muito serviço, então tinha que aproveitar porque poderia acontecer de não ter, no início não, mas depois de uns tempo para cá o serviço foi diminuindo. Na Banca a gente trabalha muito, mas o ganho é insuficiente e eu nunca pude registrar ninguém, eu consegui pagar a Previdência para mim só por uns dois anos depois nem isso eu pude fazer. Eu achava que trabalhar em casa era mais fácil que eu ia ter tempo para a minha casa e para a minha família, mas eu me enganei. A minha vida era uma correria! Acho que o que o pesponto oferece é isso aí, uma correria. Eu adorava o meu trabalho estar com as pessoas, eles eram meus amigos, mas se tinha serviço você tinha que trabalhar até tarde e não tinha final de semana ou feriado. Você trabalha muito, mas não tem retorno. Às vezes, eu ficava contrariada, porque dava o horário se não tinha extra, todo mundo ia embora, é assim, deu a hora eles vão embora, hoje eu entendo todo mundo tem a sua vida não pode só trabalhar, mas eu ficava chateada, contrariada com o encargo da responsabilidade do trabalho, porque é você que tem que chegar ao fim do dia e entregar o serviço e falar: está aqui e sem defeito. Quando o serviço estava pronto, no horário marcado, eu tinha que arrumar um jeito de entregar o serviço, eu não tinha carro, era uma trabalhadeira. Eu alugava o moto-taxi, era uma peleja muito grande. Quando eu olho para trás, vejo não tenho nada desse período, foi um tempo perdido... [choro]. Foi muito trabalho para você chegar numa certa idade e ser humilhada... Todo mundo te humilha, você paga o INSS, mas se você precisar eles acham que você está mentindo e que o seu problema é uma desculpa para ficar parada, a toa. Eu fiz a perícia e eles te falam tem que trazer o laudo do médico que te acompanha, aí você corre atrás de médico, você volta com todos os papéis e a médica olha e diz você teve um afastamento de seis meses e você tinha que já ter sarado agora não pode ser afastada de novo. Todos me falam você tem que explicar direito o seu estado de

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

saúde para a perícia, mas os médicos não te dão oportunidade eles olham os laudos batem no computador, acho que a perícia é sobre os papéis e não dos problemas das pessoas. Na última perícia, eu fiquei em pé para mostrar para a Dra. os caroços [nódulos] que apareceram no meu corpo e ela foi para a porta, eles nem fecham a porta, não te examinam, acho que para fazer o que eles fazem nem tem que ser médico, pode ser qualquer um que saiba ler os laudos e por no computador, eles só falam o computador não aceitou, mas naquele dia, quando eu quis mostrar os caroços do braço, ela achou que eu ia agredi-la aquilo me doeu. Eu respirei fundo e pensei que grau que o ser humano chega, eu estou doente [chora] e eles acham que eu estou fingindo e ela pensou que eu ia ser capaz de agredi-la. Eu sinto uma dor horrível, um cansaço e agora tem aparecido esses caroços [mostra os nódulos em seus braços]. Bom, eu primeiro comecei a sentir dores no ombro, aí ia tomando um remédio para tirar a dor, mas com o tempo só piora. Veja, eu pespontava em casa para a Fábrica Y aí eles determinaram que não iriam mais trabalhar com Banca pequena, nessa época, já estava ruim de serviço e eu já estava trabalhando só com os de casa [refere a não ter funcionários contratados nesse período e que produzia com a ajuda dos familiares] e como já faziam três anos que eu trabalhava para eles, me convidaram para eu ir trabalhar lá dentro da Fábrica, eu aceitei. Colocaram-me para pespontar, mas não tinham as condições de fazer isso lá, o chefe era abusado ele dava as regras e quem não estava feliz, ele dizia, que pedisse as contas. Você sabe, a pespontadeira precisa de uma ajudante, a coladeira de peças, e eles colocaram uma menina, coitada, não dava conta e eu tinha que fazer o meu serviço e o dela. O salário era por produção, o chefe falava aqui quem faz o salário é o trabalhador, então quem quiser melhorar tem que produzir, a gente falava que com aquelas condições não dava para produzir e ele dizia: “Se vira! Se quiser eu abro no final de semana, a noite, no feriado é só querer trabalhar que ganha”. As cadeiras eram velhas e duras, a máquina não tinha luz e só havia uma máquina de duas agulhas, então conforme o modelo eu tinha que usar essa máquina e, muitas vezes, tinha que esperar o outro terminar o serviço dele para depois me passar a máquina, isso atrasava o serviço e eu ficava muito nervosa porque eu sabia que ficar parada era ficar sem ganhar. Ih, lá não tinha condições, a gente não tinha nem banheiro, numa precisão você tinha que sair do barracão e ir ao prédio, setor de serviços e também não tinha onde almoçar, antes a gente comia junto das máquinas, mas depois sumiu um carretel de linha e aí nós passamos a comer no terreiro [lado externo do barracão, situado aos fundos], às vezes, ventava e a gente ali comendo naquela poeira. A gente é pobre e tem que agüentar cada coisa. Estava todo mundo insatisfeito, os colegas reclamavam, mas ninguém falava para o chefe, eles falavam para mim que já tinha mais tempo de casa e eu comecei a falar para o chefe que precisava melhorar, tinha que fazer um salário para a gente. Foi isso, parece que o chefe não gostou de eu falar. Lá aconteceu tanta coisa comigo, e eu fui ficando doente. Teve uns dias que a minha dor piorou muito, eu sentia uma canseira nas mãos, um peso nos braços, ficava doendo e também formigava. Isso, não me deixava dormir, não tinha lado, você vira para um lado dói, no outro também aí você levanta e espera a noite passar.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Então eu fui ao médico e ele falou que era tendinite nos ombros e nos braços e falou que eu não poderia mais pespontar, mas o que eu poderia fazer? Eles [chefia] vão percebendo que você está ficando sugada porque a sua produção cai, mas eu não podia pedir conta, na minha idade [56 anos] é difícil conseguir emprego e só o que eu sei fazer é pespontar. Mas teve um dia que foi a gota d'água, eu peguei o holerite e fiquei devendo para a fábrica porque era assim eles faziam uma média do que você iria receber e pagavam a metade na quinzena e a outra no começo do mês, mas como aquele mês a produção foi baixa eu fiquei devendo. Eu, falei meu Deus! Estou trabalhando doente, tinha dia que não tinha dinheiro para o ônibus, tinha que pegar emprestado, para chegar ao final do mês e receber nada! Fui conversar com chefe porque a gente não poderia falar direto com o patrão. Parece que ele já estava me esperando, quando eu falei que não tinha como produzir naquelas condições ele disse que os meus problemas iam acabar. Eu até pensei que ele ia melhorar as nossas condições de trabalho, fazer um salário para nós, mas o que ele me disse é que ia me mandar embora e pediu para eu assinar o aviso. Aquilo foi um baque, mas eu pensei bem e disse: não posso assinar o aviso estou trabalhando doente, você sabe. Quando vi que ele não arredava o pé eu falei vou procurar os meus direitos, aí ele desconversou disse: “Não, esse papel está errado não está no seu nome. Então foi isso, eu continuei trabalhando naquelas condições, passando muito nervoso, ganhando muito pouco, e vi a minha saúde indo embora, voltava ao médico, mas era a história de sempre, parar de trabalhar, depois ele [médico] me encaminhou para o psiquiatra e eu comecei o tratamento para depressão, mas foi indo eu não agüentei trabalhar mais, não conseguia segurar a tesoura. Hoje, eu estou tratando, abri a CAT, mas isso depois que eu já estava com a tendinite crônica e depressão, agora o ortopedista falou que eu estou com fibromialgia. Parece que é a gente que não se cuidou, mas eu ia ao médico ele só falava que eu precisava parar de trabalhar, foi o Dr. ... que me explicou que eu tinha tendinite, uma doença do trabalho e que por isso eu tinha que fazer a CAT e ele me deu afastamento, aí que eu descobri o CEREST porque ele estava trabalhando na UBS, mas era médico também do CEREST”.

Discussão do Caso

Frisa-se que os problemas de saúde apresentados, LER e desgaste mental referem-se mais a organização do trabalho, de um modo geral, e não se trata de um problema de saúde associado a um fator. Algumas questões se destacam na configuração desse processo de adoecimento e mostram a complexidade das interações envolvidas. A inserção da trabalhadora no mercado de trabalho apenas quando os filhos já estavam maiores, a realização de um curso oferecido pelo SENAI, o trabalho noturno, a iniciativa individual de melhorar as condições de trabalho – a abertura de uma Banca de Pesponto -, a transformação de trabalhadora em

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

empregadora, a ausência de garantia de direitos como o registro em Carteira, as dificuldades em manter a Banca, a responsabilidade no trabalho em buscar e levar os serviços, garantir que esses fossem entregues no prazo estipulado e com qualidade, “sem defeito”, a invasão do trabalho no ambiente familiar e no uso do tempo livre, a crise no mercado e a conseqüente queda na produção da Banca. O retorno da trabalhadora para o ambiente fabril, a subordinação hierárquica, enfrentamento das condições de trabalho e conforto como ausência de pausas de qualidades, cadeira inadequada, acesso ao banheiro [distante] e falta de refeitório. Além do pagamento por produção, excesso de trabalho, exigência de ritmo, mesmo que para isso fosse utilizado o tempo livre de trabalho, o desenvolvimento da lesão por esforço repetitivo, o tratamento retardatário, a transformação do sofrimento da LER em sofrimento psíquico, o não reconhecimento da trabalhadora pela chefia, a auto-observação da condição de exploração e humilhação [“a gente é pobre tem que agüentar cada coisa”], falta de solidariedade coletiva [“eles falavam para mim que já tinha mais tempo de casa”], medo de não conseguir outro emprego [eu já tenho 56 anos], ansiedade devido a perícia médica do INSS e sentimento de humilhação.

O conjunto de fatores evidencia que, num plano geral, é impossível pensar a saúde dos trabalhadores como um conceito abstrato. O seu entendimento deve ocorrer a partir do processo de trabalho, considerando a sua base técnica, de organização e de valorização que na atualidade não se restringe ao uso da força física de quem trabalha, mas, sobretudo, à “captura” da subjetividade dos sujeitos envolvidos no sistema de produção do capital (ALVES, 2007a).

Assim, a trabalhadora buscou resolver um problema que é da categoria de sapateiros (de Franca) abrindo uma Banca de Pesponto, foi uma saída individual que longe de solucionar as problemáticas vivenciadas apenas agravou-as. Alves (2007d) discute a questão do empreendedorismo como uma ideologia que reproduz o sistema. Observe que a entrevistada ao se tornar empregadora manteve os mesmos problemas vividos pela categoria, como por exemplo, o trabalho noturno [vai indo você não agüenta] intocados.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O depoimento destaca a flexibilização da produção, dos contratos e do salário e as consequências para a saúde física-mental de quem trabalha. Navarro (2003) destaca que a terceirização do modo como vem sendo feita em Franca é muito lucrativa para os industriários, uma vez que ao canalizar parte da produção para as Bancas também o fazem com os problemas, ou seja, isentam-se dos encargos sociais e trabalhistas, bem como da proteção da saúde e segurança.

Outra questão diz respeito ao discurso que afirma que o trabalho feminino realizado em domicílio pode ser mais fácil na medida em que se acredita que trabalhando em casa, a mulher (eterna responsável pelo lar), tem mais tempo para a família ou para si própria. Na realidade, ocorre o inverso, o trabalho em domicílio gera uma sobrecarga e acaba interferindo no relacionamento sócio-afetivo. No caso referido, Banca de Pespointo, ainda tem o agravante de o trabalho ser por produção e não ser fixo, ou seja, é dependente das oscilações do mercado, tem épocas que tem muito trabalho e em outras, não tem nada. Isso gera cansaço e tensão emocional, uma vez que para dar conta da produção, em períodos que têm trabalho, amplia-se da jornada de trabalho até altas horas da noite e também para os finais de semana e feriados. Há também a tensão provocada tanto na responsabilidade em ter que entregar o serviço no prazo estipulado, quanto pela falta de serviço.

Navarro (2003, 2006) mostra que em períodos em que a produção aumenta os costuradores manuais, coladeiras de peças e pespontadeiras das Bancas trabalham até altas horas, além disso, acabam envolvendo a família toda, muitas vezes, até crianças.

No seu pequeno negócio, não tinha tempo “era uma correria” o tempo de vida transformado em tempo de trabalho. Assim o trabalho em casa, se torna fatigante, que no caso da mulher, deve se pensar também na sobrecarga de trabalho provocada pela dupla jornada: trabalho profissional e as atividades domésticas.

Além do cansaço e tensão, deve ser considerado também o baixo retorno financeiro do trabalho desenvolvido e a auto-observação de explorado, a insegurança em não ter serviço (já que

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

este não é fixo), a ausência de garantias dos direitos sociais e a convivência constante com o sistema de máquinas próprio da esfera industrial, que no caso da produção em domicílio invade o ambiente familiar/residencial. Trata-se da convivência com o ruído, o pó do couro, produtos químicos como solventes e cola de sapato num mesmo ambiente onde se efetivam as outras dimensões da vida. São condições de trabalho que afetam a saúde e também as relações familiares e de vizinhança, como discute Navarro (2003). Há uma ruptura entre os limites do que é familiar e o que seria próprio às condições de trabalho.

O depoimento acentua as mudanças do mundo do trabalho e as repercussões para a precarização das relações sociais de trabalho. Destaca que apesar de chegar a ter quinze funcionários, nenhum foi registrado, inclusive só pagou a Previdência para si durante um curto período de tempo, na condição de autônoma.

A subcontratação implica também na dificuldade de se fazer a notificação dos agravos à saúde dos trabalhadores, no caso exposto, a trabalhadora só conseguiu a comprovação da existência da LER, quando foi atendida por um médico do CEREST, mas o seu problema já estava num estágio mais avançado. Essa questão remete para a necessidade das políticas públicas agirem de modo inter-setorial, transcendendo os muros institucionais. A saúde do trabalhador deve fazer parte do cotidiano dos serviços de saúde, os profissionais devem estar atentos para a relação trabalho-saúde deslocando a tradicional atenção dos sintomas e comportamentos para as condições de vida e trabalho.

A subnotificação das LER/DORT é verificada no cotidiano profissional, quando pessoas buscam por tratamentos e orientações de saúde e social no CEREST e apesar de adoecidas não têm um diagnóstico que faça onexo causal entre o problema de saúde com o trabalho, muitas vezes, justificado pelo fato do trabalhador não ter vínculo empregatício ou pela negativa dos exames.

Quanto a notificação, a política nacional de saúde do trabalhador tem investido em sistemas de informação alternativos, os quais não se baseiam na condição do vínculo

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

previdenciário. Destaca-se o SINAN-NET¹⁸ e para o Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT), cujo objetivo é construir dados estatísticos epidemiológicos mais confiáveis, assim incluem todos os trabalhadores, independente do vínculo empregatício, já que a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é restritiva aos trabalhadores formalmente segurados pela Previdência e exclui desse direito as empregadas domésticas e os autônomos, então a priori os banqueiros (prestadores de serviços) não estão contemplados nos registros de acidentes e doenças do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Há de se fazer um parêntese para importante mudança do reconhecimento do problema de saúde dos trabalhadores pelo INSS. Trata-se do Decreto 6.042 (BRASIL, 2007), discutido e implementado a partir da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (IICNST), realizada em 2005, a qual contou com o envolvimento histórico dos três Ministérios: Trabalho, Previdência e Saúde. Nesta Conferência foi discutida a inversão do ônus, ou seja, historicamente o trabalhador lesionado tinha que comprovar se o seu problema era ou não relacionado ao trabalho. A partir de março de 2007, passou a vigorar o Nexó Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), o qual promove o reconhecimento das patologias relacionadas ao trabalho, por meio de análises epidemiológicas entre a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Então o nexó é epidemiológico e não mais por meio da comprovação individual do trabalhador. Com a inversão de ônus é a empresa que tem que provar que tem todas as medidas de saúde e segurança e que o trabalhador não adquiriu o eventual problema em determinado trabalho.

Destaca-se que mesmo com a mudança na legislação previdenciária ainda há dificuldades do reconhecimento das várias afecções músculo-esquelético como relacionadas ao trabalho. Isso resulta em um quadro de baixa notificação, por exemplo, o CEREST-Franca/SP registrou em 2006 um total de 2.572 acidentes, desses apenas 3,30% referem-se às doenças relacionadas ao trabalho. O depoimento da trabalhadora aponta que no seu caso houve a

¹⁸ Criado a partir da Portaria 777, 28 de abril de 2004.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

notificação da LER, mas essa é uma questão melindrosa e, como já afirmado, pouco notificado. Ressalta-se que os dados são importantes para o conhecimento da realidade e conseqüente implantação de ações que visem a interrupção, controle e prevenção do problema.

Finalmente observa-se que a saúde mental da trabalhadora foi abalada diante da coexistência dos vários fatores como a falta de autonomia da entrevistada dentro da fábrica conjugada a outras questões como pagamento por produção, relação hierárquica assimétrica, pressão para manter a produção (o chefe propunha abrir aos finais de semana), precariedade salarial e péssimas condições de saúde, segurança e conforto, com visível desrespeito as legislações vigente, por exemplo, a NR 17, tudo isso confluiu para sentimentos de insegurança, humilhação e também para a fadiga física-mental da trabalhadora, com graves repercussões para a vida da trabalhadora.

Considerações Finais

A compreensão da saúde do trabalhador deve perpassar o processo de trabalho e as estratégias empresariais para a aquisição da maior lucratividade extrapolando assim a sua base técnica. Então as doenças relacionadas ao trabalho, especialmente as Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e as da esfera mental, não devem se pautar apenas no exame individual, obviamente que se deve considerar as singularidades de cada pessoa, mas igualmente, deve ser revelada o processo de trabalho em que as pessoas/categorias estão inseridas.

A questão do desemprego adquire uma importância especial nos estudos de saúde do trabalhador, uma vez que este atua como uma mola propulsora na intensificação do trabalho e à medida que cresce os riscos de demissão, circunstâncias de ordem conjuntural, ou seja, de desemprego real, estabelece uma insegurança e avolumam as exigências daqueles que permanecem empregados.

Os serviços de saúde públicos precisam se preparar para não apenas tratar as patologias do trabalho, mas, sobretudo, reconhecer o trabalho como causa necessária. As ações de vigilância

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

em saúde do trabalhador devem-se abrir ao diálogo interdisciplinar para avançar aquelas análises ainda presa nos ambientes e fatores de riscos, é necessário sublinhar os condicionantes sociais e coletivos como renda, pagamento por produção, amplas jornadas, pressão, trabalho em turno, entre outros. Trata-se de compreender os agravos à saúde dos trabalhadores como um problema de saúde pública e como tal não restrito a intervenção de algumas profissões, é necessário a ação interdisciplinar, bem como a intersetorialidade não apenas com os órgãos de ações correlatas tradicionais (Ministério Público, Delegacia Regional do Trabalho (DRT), INSS, entre outros), mas especialmente com as universidades e sindicatos, que podem dar visibilidade social a problemática e propor mudanças qualitativas, bem como, especialmente no caso dos sindicatos pressionar para que essas realmente ocorram.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios da sociologia do trabalho.** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007a.

_____. **O Processo de Proletarização do Trabalho:** Análise do filme: Vinhas da Ira. In: Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”, UNESP, Marília/SP, coordenado pelo Prof. Livre Docente Giovanni Alves, 2007b, 49 p. (mimeo).

_____. **A Condição de Proletariedade – I.** Análise do filme: Ladrões de Bicicleta, de Vittorio De Sica (1948). In: Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”, UNESP, Marília/SP, coordenado pelo Prof. Livre Docente Giovanni Alves, 2007c, 38 p. (mimeo).

_____. **A Condição de Proletariedade – II.** Análise do filme: A Terra Treme, de Luchino Visconti (1947). In: Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”, UNESP, Marília/SP, coordenado pelo Prof. Livre Docente Giovanni Alves, 2007d, 35 p. (mimeo).

_____. **O Significado de Precarização do Trabalho.** Análise do filme: O Sucesso A Qualquer Preço, de James Foley (1990). In: Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”, UNESP, Marília/SP, coordenado pelo Prof. Livre Docente Giovanni Alves, 2007e, 34 p. (mimeo).

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

_____. **Trabalho e Estranhamento no Capitalismo Global – I.** Análise do filme: O Adversário, de Nicole Garcia (2002). In: Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”, UNESP, Marília/SP, coordenado pelo Prof. Livre Docente Giovanni Alves, 2007f, 32 p. (mimeo).

_____. **Trabalho e Estranhamento no capitalismo Global – II.** Análise do filme: O Corte, de Costa-Gravas (2004) In: Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”, UNESP, Marília/SP, coordenado pelo Prof. Livre Docente Giovanni Alves, 2007g, 53 p. (mimeo).

_____. **Trabalho e Capitalismo. Aula 2.** In: Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”, UNESP, Marília/SP, coordenado pelo Prof. Livre Docente Giovanni Alves, 2007h, 28 p. (mimeo).

ANTUNES, Ricardo. O novo mundo do trabalho. O trabalho no novo mundo. Jornal da UNICAMP. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2007/ju354pag06.html>. Acesso em 18 d fevereiro de 2008.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica a psicodinâmica do trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva, ABRASCO, VOL. 9, N 1, 2004, p. 213- 223.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado,1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8 069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1990.

_____. Portaria 777, de 28 de abril de 2004. Ministério da Saúde, Brasília/DF. In: COSTA, L. C. (Org.). **Cadernos de Saúde do Trabalhador:** Legislação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001, p. 141-142.

_____. (2007). **Decreto nº 6.042.** Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e do Nexo Técnico Epidemiológico, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6042.htm>. Acesso 05 de dezembro de 2007.

CHESNAIS, François. Capitalismo de fim de século. In COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e Socialismo.** São Paulo: Xamã, 1997.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

FOLHA DE SÃO PAULO. **Transtornos Mentais.** Na indústria têtil e no transporte terrestre, incidência de depressão é duas vezes maior. Doença Mental afasta 100 mil por ano. Folha Empregos, domingo, 11 de fevereiro de 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1982.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In _____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** 3ª edição. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 8 edição - São Paulo: Cortez, 2005.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical.** 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro; PIRES, Denise. **Trabalho e Capitalismo.** Curso de extensão: Doenças e Adoecimentos do Trabalho Contemporâneo: UNIFESP/SP, 2007. (mimeo).

LARA, Ricardo. **As determinações do trabalho (in)visível.** Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Direito, História e Serviço Social da Universidade Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp, campus de Franca/SP, 2004, 238 folhas

LAUREELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário.** São Paulo: HUCUTEC, 1989.

LESSA, Sergio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social.** São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2002.

LINHART, Daniele. **A Desmedida do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2007. – (Mundo do Trabalho

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; BERTANI, Iris Fenner. **Saúde do trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho.** **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, RSBO, Acidentes do Trabalho e sua prevenção, v. 32, no. 115, jan/jun 2007, p. 121-134.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social: Os princípios Ontológico Fundamentais de Marx.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAENO, Maria; CARMO, José Carlos. **Saúde do Trabalhador no SUS.** São Paulo: Hucite, 2005.

Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MENDES, René; WAISSANN, Willian. Aspectos Históricos da Patologia do Trabalho. In **Patologia do trabalho**: atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.

NAVARRO, Vera Lúcia. O Trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 17, no. 2, abr/jun, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a05v17n2.pdf>>. Acesso em 25 agosto de 2007.

_____. **Reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro de Franca (SP)**. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Lúcia Moraes (Org.). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. A indústria calçadista de Franca: das origens artesanais à reestruturação produtiva. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, Herval Pina. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

_____. **O trabalho como Categoria Sociológica**. Curso de extensão: Doenças e Adoecimentos do Trabalho Contemporâneo: UNIFESP/SP, 2007b. (mimeo).

_____; RUIZ, Roberto; PINTO, Nicanor. **As doenças dos trabalhadores**: uma saga mal contada. Curso de extensão: Doenças e Adoecimentos do Trabalho Contemporâneo: UNIFESP/SP, 2007. (mimeo).

Santos, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**: política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEILLIGMAN-SILVA, Edith. Psicopatologia e Psicodinâmica no trabalho. In: MENDES, René. **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005, p. 287-310.